



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO 019/2023
Processo Administrativo 039/2023

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Município de Montes Altos/MA**, CNPJ/MF nº 06.759.104/0001-60, com sede administrativa na Av. Fabrício Ferraz, nº192 – Centro – Montes Altos/MA, realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, do tipo **menor preço**, que se regerá por este instrumento, e pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, atualizações e demais legislação correlata.

As propostas deverão ser enviadas para o e-mail: dispensa@montesaltos.ma.gov.br a partir do dia 04/04/2023 até o dia 10/04/2023.

Por interesse da Administração, a data de término poderá ser adiada, conforme necessidade.

Instrumento Convocatório

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento e aplicação de películas (fumê) nas unidades da saúde, em virtude a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Montes Altos/MA.

1.1 As descrições dos serviços a serem adquiridos estão no anexo I deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A contratação enquadra-se, como dispensa de licitação, por limite de valor, nos termos do inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. É vedada a participação de consórcios e de empresas impedidas de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, na forma estabelecida em lei.

4. ENVIO DE PROPOSTAS

4.1. O envio de propostas deverá ocorrer, exclusivamente, por meio eletrônico, pela Internet, para o e-mail: dispensa@montesaltos.ma.gov.br, com o assunto: DISPENSA 019/2023.PM DE MONTES ALTOS, ou no endereço e prazo supracitado.

4.2. A fim de aferir o atendimento das especificações exigidas para o item, referente ao Produto/Serviço ofertado pelo Fornecedor, a Administração Pública poderá fazer diligências, via e-mail.

4.3. A proposta de preços deverá ser enviada via e-mail digitalizada em papel timbrado ou que identifique a empresa licitante, de acordo com a planilha de descrição e quantitativos constante do Anexo I - Termo de Referência, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais por representante legal da empresa (proprietário, dirigente, sócio-gerente ou mandatário).

4.4 Na formulação da proposta, a licitante deverá computar todos os custos relacionados com o fornecimento do objeto, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais, encargos trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, sendo quaisquer tributos, despesas e custos diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

cotados considerados inclusos no preço, não podendo ser cogitado pleito de acréscimo, a esse ou a qualquer título, devendo os bens/serviços ser fornecidos sem ônus adicionais e validade mínima de 60 (sessenta) dias a conta do término do prazo do envio.

5. ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO

5.1. O envio da documentação deverá ocorrer, exclusivamente, por meio eletrônico, pela Internet, para o e-mail: dispensa@montesaltos.ma.gov.br, o assunto: DISPENSA 019/2023.PM DE MONTES ALTOS, ou no endereço e prazo supracitado.

5.2. O interessado deverá enviar via e-mail os seguintes documentos:

- Inscrição do empresário individual ou documento equivalente;
- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de terceira expedida pela SRF;
- Certidão Negativa de Tributos Estaduais; e da Certidão Negativa da Dívida Ativa Estadual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- Certificado de Regularidade do FGTS CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO através da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a aptidão da empresa licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação e certificados de capacitação.
- Declaração de Cumprimento do Art. 7º, XXXIII, da CF/88, conforme modelo em Anexo II.

6. CONTRATAÇÃO

6.1 A contratação oriunda da dispensa será formalizada por contrato, a qual será encaminhada ao adjudicatário.

6.2. Além das obrigações elencadas na minuta do contrato (Anexo III) e resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/21, são obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais verificando sempre o seu bom desempenho, cumprindo os prazos estabelecidos em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações do Fiscal de Contrato, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados;
- b) Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- c) Atender com prontidão as reclamações por parte do receptor do objeto desta contratação;
- d) Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;
- e) Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;
- f) Executar o objeto contratual através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade para quaisquer danos ou faltas que as mesmas venham cometer no desempenho de suas funções, obrigando-se a indenizar a Contratante, por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- g) Credenciar um preposto, aceito pela administração do Contratante, para representá-lo permanentemente, durante o período de vigência deste Contrato, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do mesmo;
- h) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo Fiscal de Contrato na execução do mesmo;
- i) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Contratante ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, bem como em caso de acidentes que possam ser vítimas seus empregados, durante a prestação dos serviços;
- j) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem prévia autorização, por escrito, da Contratante;
- k) Substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificção por parte desta, qualquer empregado ou preposto, cuja atuação ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à prestação de serviço;
- l) Dispor de meios adequados de comunicação (telefone fixo, celular e e-mail) para relatar ocorrências e facilitar contatos entre o Fiscal de Contrato e o preposto da Contratada;
- m) Responder por todo ônus, relativo a salários e encargos sociais e legais, impostos e seguros, referente aos seus empregados;
- n) Comprovar que a empresa está em dia com suas obrigações trabalhistas e fiscais;

6.3. Além das obrigações elencadas na minuta do contrato (Anexo III) e resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/21, são obrigações da CONTRATANTE.

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada;
- b) Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;
- c) Notificar a contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

7. RESCISÃO

7.1. Constituem motivos para a rescisão do contrato os casos previstos no Art. 137 da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, nas formas previstas no art. Art. 138 da Lei n.º 14.133/21.

8. LOCAL DE ENTREGA

8.1. Os serviços deverão ser disponibilizados nos endereços a ser informado pela Administração Municipal.

9. DO PRAZO DE DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO

9.1. A contratada deverá atender em no máximo 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação da contratada.

10. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1. A CONTRATADA estará sujeita a sanção administrativa todas as vezes que os materiais e/ou serviços prestados não cumprirem o prescrito na proposta comercial aceita pela Administração Pública.

10.2. Pelo descumprimento parcial ou total dos compromissos assumidos, a Contratada estará sujeita à aplicação das seguintes sanções, após regular apuração, mediante processo administrativo, garantido o



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

contraditório e ampla de defesa, no prazo de 5(cinco) dias úteis:

10.2.1. **Advertência** por escrito, nos seguintes casos:

10.2.1.1. Em caso de ocorrências de não-conformidade dos materiais e/ou requisitados.

10.2.1.2. Descumprimento de outras obrigações consideradas acessórias.

10.2.2. **Multas:**

10.2.2.1. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) a ser calculada sobre o valor total da contratação, no caso de inadimplemento total por parte da Contratada, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar por perdas e danos.

10.2.2.2. Pelo descumprimento das obrigações contratadas a Administração aplicará multas moratórias de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia/aula não ministrada ou que descumpra o previsto na proposta comercial.

10.2.3. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

10.2.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra anterior.

10.3. As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

10.4. O Órgão Contratante poderá, ainda, cancelar o contrato decorrente da dispensa de licitação, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.

11. FATURAMENTO

11.1. A nota fiscal e/ou fatura deverá ser emitida em nome da Secretaria Municipal de Saúde de Montes Altos - MA inscrita no CNPJ sob nº. 06.759.104/0001-60, conforme dados do contrato, fazendo constar a descrição/quantidade do serviço/valor unitário/valor total.

11.2. Caso a nota fiscal e/ou fatura contenha erro, o contratado se responsabilizará pela correção.

12. PRAZO PARA PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária de pagamento, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde de Montes Altos - MA, depois do recebimento definitivo do material e da apresentação da Nota Fiscal pela contratada, conforme discriminado nesta dispensa, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após recebimento definitivo.

13. DOCUMENTOS INTEGRANTES

13.1 ANEXO I – Termo de Referência

13.2 ANEXO II - Modelo de declaração que não emprega menor

13.3 ANEXO III – Minuta de Contrato

13.3 ANEXO III - Modelo de Contrato

13.2 ANEXO II - Modelo de declaração que usa subleto menor

13.1 ANEXO I - Termo de Referência

13. DOCUMENTOS INTERMEDIOS

13.1.1. Descrição detalhada

de modo que haja conformidade conforme discriminado nesta cláusula, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após a data de publicação desta edição no Diário Oficial do Município de Montes Algodinos - MA, pelo órgão de planejamento detalhado do sistema e da apresentação de proposta para este sistema mediante critério de menor preço, sendo que os custos de entrega e de instalação são de responsabilidade do contratado.

13.2. PRazo PARA ENTREGA

13.2.1. Caso a obra não seja executada dentro do prazo de responsabilidade pelo contratado, o contratado deverá indenizar o Município de Montes Algodinos - MA, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia de atraso, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por dia de atraso.

13.2.2. A obra será executada dentro do prazo de responsabilidade pelo contratado, sendo que os custos de entrega e de instalação são de responsabilidade do contratado.

13.3. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias úteis após a data de publicação desta edição no Diário Oficial do Município de Montes Algodinos - MA.

13.4. O prazo de entrega poderá ser cancelado ou reduzido de acordo com a decisão do Município de Montes Algodinos - MA, desde que haja justificativa e seja aprovada pelo Conselho Municipal de Montes Algodinos - MA.

13.5. As responsabilidades relativas a multas serão de responsabilidade do contratado, conforme previsto no Edital de Licitação.

13.6. O Município de Montes Algodinos - MA poderá cancelar o prazo de entrega aprovado com base na falta de cumprimento das condições previstas no Edital de Licitação e no Edital de Chamamento de Proposta, bem como a possibilidade de multa de acordo com o Edital de Licitação e no Edital de Chamamento de Proposta.

13.7. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias úteis após a data de publicação desta edição no Diário Oficial do Município de Montes Algodinos - MA.

13.8. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias úteis após a data de publicação desta edição no Diário Oficial do Município de Montes Algodinos - MA.

13.9. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias úteis após a data de publicação desta edição no Diário Oficial do Município de Montes Algodinos - MA.

13.10. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias úteis após a data de publicação desta edição no Diário Oficial do Município de Montes Algodinos - MA.

13.11. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias úteis após a data de publicação desta edição no Diário Oficial do Município de Montes Algodinos - MA.

13.12. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias úteis após a data de publicação desta edição no Diário Oficial do Município de Montes Algodinos - MA.

13.13. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias úteis após a data de publicação desta edição no Diário Oficial do Município de Montes Algodinos - MA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CEP: 02.928-000
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALGODINOS
ESTADO DO MARANHÃO





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14. INFORMAÇÕES E CASOS OMISSOS

14.1. Informações complementares poderão ser obtidas no órgão contratante, a partir da divulgação do aviso de dispensa de licitação, pelo e-mail dispensa@montesaltos.ma.gov.br, sendo resolvidos os casos omissos pelo setor responsável.

Montes Altos- MA, 03 de abril de 2023.

José Garibaldi Ferraz de Souza II
Secretário Municipal de Saúde



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 O presente termo tem por objeto a Contratação de empresa especializada para fornecimento e aplicação de películas (fumê) nas unidades da saúde, em virtude a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Montes Altos/MA.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A solicitação se justifica em função de necessidade de adequar os ambientes às condições aceitáveis de luminosidade solar, proporcionando conforto térmico aos ambientes internos, neutralizando a incidência de raios solares dentro das edificações, promovendo maior segurança aos locais de instalação, por meio da redução da visibilidade do interior das edificações, frente ao meio externo, além de oferecer maior resistência ao estilhaçamento de vidros dos prédios das Unidades de Saúde.

3. DA MODALIDADE, DO TIPO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

3.1 A modalidade de licitação será Dispensa de Licitação, tipo menor preço e julgamento serão por item regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, atualizações e demais legislação correlata.

4. DA HABILITAÇÃO.

4.1 Para se habilitar ao processo a pessoa jurídica deverá apresentar os documentos relacionados nos incisos e parágrafo do Artigo 62 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no que couber.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 Atestado de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a Licitante forneceu produtos "compatíveis" em características, quantidades e prazos, com o objeto deste Pregão, comprovando, ainda, que a execução dos mesmos foi satisfatória.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS.

6.1 O objeto deste Termo de licitação encontra-se detalhado na tabela abaixo, que representa os quantitativos, valores máximos estimados pela Administração, especificação dos serviços pretendidos e locais;

6.2 As licitantes interessadas deverão executar os serviços abaixo relacionados, com as seguintes quantidades e características mínimas.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valores em R\$	
				Unitário	Total
01	Películas de proteção solar fume 100%	M ²	275	95,00	26.125,00
Valor Total				26.125,00	

Valor estimado Total R\$ 26.125,00 (vinte e seis mil cento e vinte e cinco reais).

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

7.1 Respeitar as Resoluções, Normas e Instruções do município de Montes Altos - MA, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das mesmas.

7.2 Aceitar toda e qualquer fiscalização da Contratante, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Instrumento Convocatório.

previsão do planejamento de longo prazo;

2.2. Avaliar toda a situação financeira, econômica, social e ambiental do município e o cumprimento das obrigações decorrentes do planejamento de longo prazo;

2.3. Prestar as informações necessárias e colaborar de forma ampla com as autoridades competentes em matéria de planejamento de longo prazo.

2. DAS OBRIGAÇÕES DA COMISSÃO

2.1. O valor estimado total de R\$ 25.152.000 (vinte e seis milhões e cento e cinquenta e dois mil reais).

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Total	
				R\$	%
01	Despesas de pessoal			25.152.000	100%
				25.152.000	

2.2. O valor estimado total de R\$ 25.152.000 (vinte e seis milhões e cento e cinquenta e dois mil reais).

2.3. O valor estimado total de R\$ 25.152.000 (vinte e seis milhões e cento e cinquenta e dois mil reais).

2.4. O valor estimado total de R\$ 25.152.000 (vinte e seis milhões e cento e cinquenta e dois mil reais).

3. DAS RESPONSABILIDADES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS ESTIMADAS

3.1. O objeto deste projeto compreende a análise e execução dos trabalhos de planejamento

3.2. O projeto deste plano de trabalho encontra-se detalhado no anexo que representa os

4. DA ORGANIZAÇÃO TÉCNICA

4.1. Para as atividades de análise e execução dos trabalhos de planejamento

4.2. Para as atividades de análise e execução dos trabalhos de planejamento

4.3. Para as atividades de análise e execução dos trabalhos de planejamento

4.4. Para as atividades de análise e execução dos trabalhos de planejamento

4.5. Para as atividades de análise e execução dos trabalhos de planejamento

4.6. Para as atividades de análise e execução dos trabalhos de planejamento

4.7. Para as atividades de análise e execução dos trabalhos de planejamento

5. DA JUSTIFICATIVA

5.1. O município de Curitiba

5.2. O município de Curitiba

6. DO OBJETO

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CURITIBA - PR
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
ESTADO DO PARANÁ





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 7.3 Conduzir os serviços e fornecimentos de acordo com as normas e com estrita observância do instrumento convocatório, da Proposta Detalhe e da legislação vigente;
- 7.4 Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Instrumento Convocatório;
- 7.5 Prestar, sem quaisquer ônus para a Contratante, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na prestação dos serviços, sempre que a ela imputáveis;
- 7.6 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência aos mesmos, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- 7.7 Possuir sede ou filial com capacidade administrativa e operacional, para a perfeita execução dos serviços, concernentes às substituições, manutenções e outros, dentro do prazo máximo estabelecido;
- 7.8 Manter em seu quadro pessoal adequado e capacitado a atender suas obrigações contratuais, em todos os níveis de trabalho;
- 7.9 Cumprir toda a legislação vigente, incluindo o pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas fiscais e demais contribuições fiscais que incidam, ou venham a incidir, sobre a prestação dos serviços;
- 7.10 Ressarcir quaisquer danos diretos, comprovados, causados a Contratante, na execução das obrigações assumidas, respondendo por perdas e danos pela infração cometida ou executada inadequadamente;
- 7.11 Atender as despesas e encargos de qualquer natureza, relativos aos seus funcionários, necessários à execução dos serviços, responsabilizando-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho, entre outros;
- 7.12 Comunicar imediatamente a Contratante sobre qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros necessários para o recebimento de correspondências;
- 7.13 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- 7.14 Fiscalizar o perfeito cumprimento da prestação dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Contratante;
- 7.15 Responsabilizar-se por quaisquer indenizações ou despesas decorrentes de danos físicos ou materiais causados a funcionários ou a pessoa a serviço da Contratante ou a terceiros, por culpa comprovada de problemas mecânicos ou elétricos.

8. DA GARANTIA

- 8.1 A constatação de irregularidades, observadas mesmo depois do recebimento definitivo ou pagamento, obriga a contratada a efetuar as substituições dos produtos, em no máximo 05 (cinco) dias após o recebimento da reclamação, arcando com todas as despesas decorrentes.
- 8.2 O término do contrato não isenta a contratada de prestação de serviços ou substituição de produtos que ainda estejam dentro do prazo de garantia.
- 8.3 O prazo de garantia, sem qualquer ônus adicional para o município de Montes Altos - MA, não poderá ser inferior ao que determina o Art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (30 dias para os produtos e serviços não duráveis e 90 dias para os duráveis), contados do efetivo recebimento dos serviços.

9. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

- 9.1 A fiscalização do contrato e o acompanhamento dos serviços será realizado por servidor (ou comissão de fiscalização) formalmente designado(s) pela Secretaria, que atuará, juntamente com o responsável da

de descumprimento) comprometerá o(a) agente público(a) responsável de acordo com o disposto no art. 37, V, da Constituição Federal e o cumprimento dos deveres por parte do(a) servidor(a) responsável.

8. DO ADEMPIMENTO E DA EXECUÇÃO DOS DEVERES EXERCICIAIS

8.1. O servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, deverá cumprir os deveres inerentes ao cargo que ocupa, bem como os demais previstos em lei, de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.

8.2. O servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, deverá cumprir os deveres inerentes ao cargo que ocupa, bem como os demais previstos em lei, de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.

8.3. O servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, deverá cumprir os deveres inerentes ao cargo que ocupa, bem como os demais previstos em lei, de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.

9. DA AVALIAÇÃO

9.1. A avaliação do desempenho do servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, será realizada de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.

9.2. A avaliação do desempenho do servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, será realizada de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.

9.3. A avaliação do desempenho do servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, será realizada de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.

9.4. A avaliação do desempenho do servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, será realizada de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.

9.5. A avaliação do desempenho do servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, será realizada de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.

9.6. A avaliação do desempenho do servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, será realizada de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.

9.7. A avaliação do desempenho do servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, será realizada de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.

9.8. A avaliação do desempenho do servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, será realizada de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.

9.9. A avaliação do desempenho do servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, será realizada de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.

9.10. A avaliação do desempenho do servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, será realizada de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.

9.11. A avaliação do desempenho do servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, será realizada de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.

9.12. A avaliação do desempenho do servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, será realizada de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.

9.13. A avaliação do desempenho do servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, será realizada de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.

9.14. A avaliação do desempenho do servidor público titular e do tipo livre ou temporário, contratado de acordo com o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.171/2008, será realizada de acordo com o disposto no art. 113, I, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 1.171/2008.





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

contratada (preposto), na fiscalização do contrato e no acompanhamento dos serviços, registrando das ocorrências e adotando as providências para sua correção, tendo por parâmetro os resultados esperados.

9.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas com a autoridade competente do contratante, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

9.3 Cabe à licitante vencedora atender prontamente a quaisquer exigências inerentes ao objeto desta licitação, sem que disso decorra qualquer ônus para a Administração Municipal;

9.4 As ocorrências de desempenho ou comportamento insatisfatório, falhas, insuficiências, erros e omissões constatadas pela Administração Municipal serão registradas e comunicadas, por escrito, à licitante vencedora, fixando-se prazo para a sua correção, conforme conveniência.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Deverá fiscalizar a execução do contrato, bem como:

- a) Proporcionar todas as facilidades possíveis visando à realização dos serviços especificados;
- b) Efetuar o pagamento à contratada em conformidade com o disposto neste instrumento;
- c) Notificar por escrito, à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto do contrato, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência fixando prazo para sua correção;
- d) Exigir a qualquer tempo da contratada, documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato, bem como todas as qualificações que ensejaram sua habilitação.

11. DOS PREÇOS ESTIMADOS

11.1 O valor estimado dos serviços R\$ 26.125,00 (vinte e seis mil cento e vinte e cinco reais).

12. DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 Os preços ofertados deverão ser líquidos, devendo estar nele incluídas todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos, contemplando item a item.

12.2 Apresentar indicação detalhada dos serviços cotados, citando todas as características que permitam identificá-los.

13. DA FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO:

13.1 A fiscalização e acompanhamento da execução da presente, Termo de Contrato, será feito por pessoa, especialmente designado, que anotar em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 117, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

13.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas

13.3 a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

13.4 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

14. DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado pela Contratante, em moeda corrente, por meio de Ordem Bancária, até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da respectiva Nota Fiscal / Fatura, em duas vias, atestada pelo



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

gestor do contrato e acompanhada das certidões negativas junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como à Justiça Trabalhista.

14.2 Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela Contratada e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

14.3 E demais condições especificadas na minuta do contrato, conforme legislação vigente.

15. DAS FONTES DE RECURSOS

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação irão onerar valores das dotações orçamentárias:

ORGÃO	10 - MONTES ALTOS-FMS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	10.301.1004.2-033 - Manutenção e Funcionamento da Atenção Básica
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

16. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS.

16.1 Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços, nos termos da legislação vigente e exigências contidas no Termo de Referência, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos; quando for o caso no que for aplicável, fazer cumprir por parte de seus empregados ou propostos, as normas da Contratante;

16.2 Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Contratante;

16.3 Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos serviços, reservado a contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados;

16.4 A Contratada responderá objetivamente por quaisquer danos pessoais ou serviços decorrentes da execução de serviços sejam por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados;

17. DO REAJUSTE

17.1 Os preços serão fixos e irrevogáveis até a data da entrega do objeto licitado, salva quando ocorrer reajuste autorizado pelos órgãos governamentais competentes.

17.2 Os preços excepcionalmente poderão ainda ser revistos, para mais ou para menos na superveniência da legislação federal, estadual ou municipal, ou de ato ou de fato que altere ou modifique as relações que as partes pactuaram inicialmente, de forma a manter o equilíbrio econômico e financeiro do Contrato.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Quaisquer esclarecimentos que se façam necessário poderão ser prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, situado a Av. Fabricio Ferraz s/n - Centro, Montes Altos - MA;

18.2 A Contratante reserva-se, ainda, o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já fornecidos, considerando-se, para tanto, os preços unitários.

18.3 A estimativa de custo total para execução dos serviços objeto desta dispensa foi realizada conforme o item legislação vigente.

sem restrição alguma;

18.3 A estimativa de custo total para a execução dos serviços objeto desta proposta deverá ser realizada conforme o valor total de preços unitários;

serviços contratados mediante o pagamento único e exclusivo mediante as condições, considerando-se

18.5 A Contratante reserva-se o direito de cancelar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços quando o valor estimado for maior que o valor necessário para a execução dos

18.7 Qualquer equipamento que se tornar necessário poderá ser prestado pela Secretaria Municipal

18. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

as partes pactuaram inicialmente de forma a manter o equilíbrio econômico e financeiro do contrato de prestação de serviços em municipal ou de ato ou de fato que afete ou modifique as condições para

19.2 Os preços excepcionalmente poderão variar para mais ou para menos na superveniência de requisitos autorizados pelas autoridades governamentais competentes;

19.1 Os preços serão fixos e inalteráveis até a data de entrega do objeto previsto, salvo quando ocorrer

19. DO PREÇO

execução de serviços serão por valor de prestação ou por obra ou unidade de obra empreitada;

19.4 A Contratada responderá exclusivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes de a quem de recusa-lo caso não se responsabilize por danos materiais decorrentes;

19.3 Assumirá inteira responsabilidade quanto à entrega e qualidade dos serviços, relativos a contratação de

19.5 A partir de agora e o prazo de entrega será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do contrato;

quando for o caso no que for aplicável, para entrega de bens e serviços em propriedade ou propriedade de terceiros, no prazo de entrega, o prazo de entrega será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do contrato;

19.1 Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços, nos termos da legislação vigente e

19. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

ELEMENTO DE DESPESA	33.90.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	10.301.1061.2-032 - Manutenção e Funcionamento da Administração Básica
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10 - MUNICÍPIO MUNICIPAL DE SAÚDE
ORÇÃO	10 - MONTEZ ALLOS - LMS

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação não onerará valores das dotações orçamentárias.

19. DAS FONTES DE RECURSOS

19.3 E demais condições especificadas na minuta do contrato, conforme legislação vigente definitivamente regulamentado;

Contratada e pagar, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja resolvido, bem como a entrega de documentos necessários para a entrega de bens e serviços em propriedade de terceiros, no prazo de entrega, o prazo de entrega será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do contrato;

gestor do contrato e acompanhar das condições negativas junto as Fazendas Federais, Estaduais e Municipais

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 CEP: 02.030-000
 SECRETARIA MUNICIPAL DE MONTEZ ALLOS
 ESTADO DO PARANÁ





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO II

Modelo de declaração que não emprega menor

Declaramos, para os devidos fins que a Empresa _____, com sede _____, inscrita no CNPJ/MF sob n. _____, neste ato representada por _____ representante legal da empresa, portador (a) da Carteira de Identidade RG n. _____ e inscrito (a) no CPF sob n. _____, não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____, ____ de _____ de 2023.

(Assinatura)
Nome
Cargo



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Anexo III – Minuta do Contrato

CONTRATO N.º XXX/XXXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° XXX/XXXX

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE MONTES ALTOS - MA, DO OUTRO, COMO CONTRATADA A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.

Ao(s) ____ dias do mês de ____ do ano de 2023, de um lado, o **MUNICÍPIO DE MONTES ALTOS - MA**, com sede na, na cidade de /Estado ..., inscrito no CNPJ sob o nº, neste ato representado pelo(cargo e nome), portador da Cédula de Identidade nº e do CPF nº, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, em, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, atualizações e demais legislação correlata, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da DISPENSA DE LICITAÇÃO N° __/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Contratação de empresa especializada para fornecimento e aplicação de películas (fumê) nas unidades da saúde, em virtude a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Montes Altos/MA, conforme item 6 do Termo de Referência do instrumento convocatório da Dispensa de Licitação N° __/2023 e de acordo com a planilha abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valores em R\$		
				Unitário	Total	
01	Películas de proteção solar fume 100%	M ²	275			
Valor Total						

CLAUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 Além das obrigações elencadas no instrumento convocatório e resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/21, são obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais verificando sempre o seu bom desempenho, cumprindo os prazos estabelecidos em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações do Fiscal de Contrato, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados;
- b) Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- c) Atender com prontidão as reclamações por parte do receptor do objeto desta contratação;
- d) Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- e) Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;
- f) Executar o objeto contratual através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade para quaisquer danos ou faltas que as mesmas venham cometer no desempenho de suas funções, obrigando-se a indenizar a Contratante, por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem;
- g) Credenciar um preposto, aceito pela administração do Contratante, para representá-lo permanentemente, durante o período de vigência deste Contrato, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do mesmo;
- h) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo Fiscal de Contrato na execução do mesmo;
- i) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Contratante ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, bem como em caso de acidentes que possam ser vítimas seus empregados, durante a prestação dos serviços;
- j) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem prévia autorização, por escrito, da Contratante;
- k) Substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificção por parte desta, qualquer empregado ou preposto, cuja atuação ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à prestação de serviço;
- l) Dispor de meios adequados de comunicação (telefone fixo, celular e e-mail) para relatar ocorrências e facilitar contatos entre o Fiscal de Contrato e o preposto da Contratada;
- m) Responder por todo ônus, relativo a salários e encargos sociais e legais, impostos e seguros, referente aos seus empregados;
- n) Comprovar que a empresa está em dia com suas obrigações trabalhistas e fiscais;

2.2 Além das obrigações elencadas no Instrumento Convocatório e resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/21, são obrigações da CONTRATANTE.

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada;
- b) Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;
- c) Notificar a contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

CLAUSULA TERCEIRA - FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1 Quando do início da execução dos serviços, caso haja dúvidas em relação às especificações e normas o município de Montes Altos poderá solicitar da adjudicatária a apresentação de esclarecimentos pertinentes ao objeto licitado, comprovando que ela atende todas as exigências legais e especificações solicitadas no Instrumento Convocatório.

3.2 O prazo para a retirada da Ordem de Serviços/Nota de Empenho será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação da licitante.

3.3 Para fins de cumprimento do art. 117 da Lei nº 14.133/21, o Contratante designará, por meio de portaria, um servidor como responsável para acompanhamento e fiscalização deste Contrato, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da mesma Lei ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição:

de recursos para executá-los e arcará-los com honorários periciais e esse atribuição;
requisitos estabelecidos no art. 11 de mesma lei ou pelos respectivos dispositivos legais e contratos
bom dia, não sendo como responsável para acompanhamento e fiscalização deste contrato, conforme
23 Para fins de cumprimento do art. 113 da Lei n. 14.133/21 o contratado designará, por meio de
contrato de convocação de pregoeiro

25 O prazo para a entrega de Ofertas de Propostas de Empreito será de até 02 (dois) dias úteis
contados no premissa convocatória

permanente ao objeto licitado, compreendendo que em todas as hipóteses legais e regulamentares
o município de Montes Altos poderá solicitar a adjudicação e a execução de serviços

21 Quando do início de execução dos serviços, caso haja qualquer em relação às especificações e normas
CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

a) Atuar as atividades administrativas contratuais pertinentes em caso de inadimplência;
de sua responsabilidade;

c) Manter a contabilidade por escrito e com antecedência sobre todos os procedimentos e despesas decorrentes
deste contrato;

f) Manter todas as informações e documentação sobre as atividades decorrentes do cumprimento
g) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com o contratado;

22 Além das obrigações estabelecidas no instrumento convocatório e regulamento de organização de licitação
Federal n. 14.133/21 são obrigatórias as seguintes:

u) Controlar que a empresa não emita em sua atividade paralelas e faceta;
das suas atividades;

m) Responder por todo dano, prejuízo e danos a terceiros e danos sociais e legais, impostos e demais tributos
relativos contratos entre o licitante e o beneficiário de contratos;

j) Emitir de meios adequados de comunicação (telefone fixo, celular e e-mail) para todas as ocorrências e
ou justificativas e prestação de serviços;

duas vezes, independentemente de qualquer outro compromisso ou obrigação contratual, inclusive
k) Suprir sempre que exigido pela contratante e independentemente de justificativa por parte desta
de contratos;

l) Não insuflar a ordem no todo ou em parte o presente contrato sem antes autorização por escrito
possam ser firmes e compromissos, durante a prestação de serviços;

ou a terceiros por suas atividades, danos ou comprometimento, bem como em caso de acidentes que
n) Responder civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou morais ocasionados a contratante
contrato na execução do mesmo;

p) Providenciar e manter sempre as condições, tanto em instalações físicas quanto em instalações de
seguros relativos a execução do mesmo;

permanente durante o período de vigência deste contrato, com a responsabilidade de resolver todos os
q) Ocorrências em benefício de prestação de serviços de contratos, bem como em caso de ocorrência
de a indenizar a contratante por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocorrerem;

prestação de serviços ou fatos que se tornarem necessários no desempenho de suas atividades, obrigando-
r) Executar o objeto contratual através de pessoas físicas, assumindo total responsabilidade para
responder as legislações Federais, Estaduais e Municipais, relativas ao objeto do contrato;

sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como assinar e
e) Efetuar pontualmente o pagamento de todos os tributos e impostos que incidem ou venham a incidir

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ 06.138.100/0001-00
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES VLTOS
ESTADO DO MARANHÃO





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.1 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

3.3.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O valor global do presente contrato importa em R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXX), fixo e irrevogável durante todo o período da vigência do contrato.

4.1.1 Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de ordens bancárias e/ou créditos em conta corrente, sendo creditada em nome da contratada no banco a ser indicado pela contratante, em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal/Fatura juntamente com a comprovação de execução dos serviços, desde que não haja pendência a serem regularizada pela Contratada; mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Ofício solicitando pagamento dos serviços prestados;
- b) Ordem de Serviços;
- c) Nota Fiscal/Fatura;
- d) Cópia da Nota de Empenho, e
- e) Documentos que comprove a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada.

4.1.2 Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

4.1.3 Se, por ocasião da Contratação, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

4.1.4 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, a comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem anterior mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

4.2 A(s) nota(s) fiscal (is) será (ão) conferida(s) e atestada(s) pelo responsável designado para o acompanhamento e fiscalização dos serviços.

4.3 Ocorrendo atraso no pagamento a Adjudicatária fará jus a juros de mora de 0,5% ao mês pro rata die, da data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento.

CLAUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO REAJUSTE:

5.1 O valor dos serviços objeto deste Contrato durante sua vigência não sofrerá reajuste consoante dispõem as Leis n.º 7.730/89 e 10.192, de 14/02/2001;

5.2 Os preços iniciais do Contrato somente poderão ser reajustados, após a periodicidade de 12 (doze) meses, conforme dispõe a Lei n.º 10.192, de 14/02/2001 e desde que devidamente comprovada a variação dos custos dos preços contratados;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.3 Decorridos os 12 (doze) meses os preços contratuais, poderão ser reajustados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC divulgado pelo IBGE tendo como mês base o mês da apresentação da Proposta, nos termos do art.3º § 1º da Lei n.º 10.192, de 14/02/01;

5.4 O reajuste a que se refere esta Cláusula será requisitado pela Contratada, observadas as normas estabelecidas neste Contrato e na Lei n.º 10.192, de 14/02/2001, e, se concedido mediante Aditamento ao Contrato.

5.5 Em caso de redução nos preços dos serviços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

6.1 O prazo de vigência do presente contrato será até 31 de dezembro de 2023, contados a partir da data de sua assinatura do termo de contrato, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento na Imprensa Oficial do Município, caso posterior à data convencionada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

7.1 As despesas decorrentes do presente processo estão estimadas em R\$ xxxxxx (xxxxxxxx) que estão alocados nas seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO	10 - MONTES ALTOS-FMS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	10.301.1004.2-033 - Manutenção e Funcionamento da Atenção Básica
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INFRAÇÕES:

8.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no Art. 155 da Lei 14.133, de 2021, quais sejam;

8.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;

8.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou ao conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa;

8.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

8.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

8.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- a) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.10.
- b) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

8.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa de Licitação, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7 Se, durante o processo de aplicação da penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativos necessárias à apuração de responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem participação de agente público.

8.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto em Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido;

9.1.1 Por ato unilateral e escrito pela Administração, nas situações previstas nos incisos I a IX o art. 137 da Lei 14.133, de 2021, e com consequências indicadas pelo art. 137 da mesma Lei.

9.2 Os casos de rescisão contratual são formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à previa e ampla defesa.

privilegiada e ampla defesa;

8.2 Os casos de rescisão contratual são formalmente notificados, assessorado-se a Comissão o direito à Lei nº 14.133, de 2021 e com consequências jurídicas de acordo com a Lei nº 13.127, de 2016;

8.3 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

CAUSAS LEGAIS - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.3.1 A rescisão por atos ilícitos no decorrer do contrato são previstas nos artigos e este Aviso - previsto em Lei nº 14.133, de 2021 e subsidiariamente na Lei nº 8.112, de 1966;

8.3.2 O contrato é rescindido e ampla defesa e contraditório observando-se o procedimento e a aplicação de sanções disciplinares previstas no processo administrativo que decorre de ato ilícito cometido por pessoas físicas, com ou sem personalidade jurídica pública;

8.3.3 O processo administrativo de FAV não interfere no andamento regular dos processos administrativos e não constitui motivo de inerte administrativa;

8.3.4 A aplicação de sanções disciplinares em decorrência dos termos da Lei nº 13.257, de 12 de agosto de 2021, não interfere no andamento regular dos processos administrativos de FAV;

8.3.5 A aplicação de sanções disciplinares em decorrência dos termos da Lei nº 13.257, de 12 de agosto de 2021, não interfere no andamento regular dos processos administrativos de FAV;

8.3.6 A aplicação de sanções disciplinares em decorrência dos termos da Lei nº 13.257, de 12 de agosto de 2021, não interfere no andamento regular dos processos administrativos de FAV;

8.3.7 A aplicação de sanções disciplinares em decorrência dos termos da Lei nº 13.257, de 12 de agosto de 2021, não interfere no andamento regular dos processos administrativos de FAV;

8.3.8 A aplicação de sanções disciplinares em decorrência dos termos da Lei nº 13.257, de 12 de agosto de 2021, não interfere no andamento regular dos processos administrativos de FAV;

8.3.9 A aplicação de sanções disciplinares em decorrência dos termos da Lei nº 13.257, de 12 de agosto de 2021, não interfere no andamento regular dos processos administrativos de FAV;

8.3.10 A aplicação de sanções disciplinares em decorrência dos termos da Lei nº 13.257, de 12 de agosto de 2021, não interfere no andamento regular dos processos administrativos de FAV;

8.3.11 A aplicação de sanções disciplinares em decorrência dos termos da Lei nº 13.257, de 12 de agosto de 2021, não interfere no andamento regular dos processos administrativos de FAV;

8.3.12 A aplicação de sanções disciplinares em decorrência dos termos da Lei nº 13.257, de 12 de agosto de 2021, não interfere no andamento regular dos processos administrativos de FAV;

8.3.13 A aplicação de sanções disciplinares em decorrência dos termos da Lei nº 13.257, de 12 de agosto de 2021, não interfere no andamento regular dos processos administrativos de FAV;

8.3.14 A aplicação de sanções disciplinares em decorrência dos termos da Lei nº 13.257, de 12 de agosto de 2021, não interfere no andamento regular dos processos administrativos de FAV;

8.3.15 A aplicação de sanções disciplinares em decorrência dos termos da Lei nº 13.257, de 12 de agosto de 2021, não interfere no andamento regular dos processos administrativos de FAV;

8.3.16 A aplicação de sanções disciplinares em decorrência dos termos da Lei nº 13.257, de 12 de agosto de 2021, não interfere no andamento regular dos processos administrativos de FAV;

8.3.17 A aplicação de sanções disciplinares em decorrência dos termos da Lei nº 13.257, de 12 de agosto de 2021, não interfere no andamento regular dos processos administrativos de FAV;

8.3.18 A aplicação de sanções disciplinares em decorrência dos termos da Lei nº 13.257, de 12 de agosto de 2021, não interfere no andamento regular dos processos administrativos de FAV;

8.3.19 A aplicação de sanções disciplinares em decorrência dos termos da Lei nº 13.257, de 12 de agosto de 2021, não interfere no andamento regular dos processos administrativos de FAV;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ 06.188.104/0001-00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

ESTADO DO MARANHÃO





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.3 A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

9.4 O termo da rescisão, sempre que possível, será precedido.

9.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.4.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1 Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, a contratante providenciará a publicação de resumo deste Contrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

11.1 Os valores devidos à contratada serão pagos em moeda corrente do país, considerando o efetivo pagamento a data da ordem de pagamento efetuada ao estabelecimento bancário pela contratante, no caso de vir a ser adotado o pagamento por ordem bancária ou o crédito em conta corrente.

11.2 A contratante designará um servidor qualificado, para exercer a fiscalização deste Contrato, obrigando-se a contratada a acolher e cumprir de imediato as recomendações determinadas.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

12.1 Constituem parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, o Instrumento Convocatório da Dispensa 019/2023, os documentos relacionados na fase de habilitação, a proposta apresentada pela contratada, e demais documentos que integram o processo licitatório.

Parágrafo único – havendo divergências entre disposições contidas nos documentos referidos no item anterior desta cláusula, de natureza técnica, e as disposições deste contrato, prevalecerão aquelas sobre estas, salvo na ocorrência de erros serviços, quando serão adotadas as providências necessárias as providências necessárias às correções.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Montes Altos, Estado de Maranhão, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

....., de..... de 20.....

CONTRATANTE

CONTRATADO
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

CPF/MF

CPF/MF

